

Demonstrações Financeiras

Agreste Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Agreste Saneamento S.A.
Arapiraca - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agreste Saneamento S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o seu relatório em 23 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

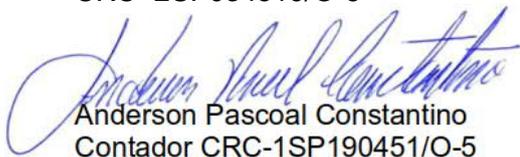
data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Agreste Saneamento S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.281	69
Outros investimentos	5	-	7.210
Depósitos bancários vinculados	6	5.022	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	34.643	36.224
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.320	4.065
Estoques		453	366
Despesas antecipadas		383	527
Total do ativo circulante		<u>47.102</u>	<u>48.461</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber e outros recebíveis	7	336.152	312.856
Depósitos judiciais		9	9
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	961
Total do realizável a longo prazo		<u>336.169</u>	<u>313.826</u>
Imobilizado		1.236	1.175
Intangível		<u>35</u>	<u>34</u>
Total do ativo não circulante		<u>337.440</u>	<u>315.035</u>
Total do ativo		<u><u>384.542</u></u>	<u><u>363.496</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	3.046	2.925
Financiamentos	10	6.602	9.597
Obrigações fiscais	11	6.795	5.546
Provisões e encargos trabalhistas		931	1.080
Imposto de renda e contribuição social a pagar		181	70
Dividendos a pagar	20d	27.290	33.608
Total do passivo circulante		<u>44.845</u>	<u>52.826</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	-	5
Financiamentos	10	155.141	157.761
Obrigações fiscais	11	31.985	30.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	49.396	37.937
Total do passivo não circulante		<u>236.522</u>	<u>226.263</u>
Patrimônio líquido			
	13		
Capital social		44.721	44.721
Reservas de lucros		58.454	39.686
Total do patrimônio líquido		<u>103.175</u>	<u>84.407</u>
Total do passivo		<u>281.367</u>	<u>279.089</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>384.542</u></u>	<u><u>363.496</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	75.102	95.879
Custo dos serviços prestados	18	<u>(12.000)</u>	<u>(26.594)</u>
Lucro bruto		<u>63.102</u>	<u>69.285</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	18	(3.055)	-
Despesas administrativas e gerais	18	(9.112)	(8.322)
Outras receitas (despesas)		<u>155</u>	<u>(4)</u>
		(12.012)	(8.326)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>51.090</u>	<u>60.959</u>
Receitas financeiras	19	360	5.888
Despesas financeiras	19	<u>(14.442)</u>	<u>(16.030)</u>
Despesas financeiras líquidas	19	<u>(14.082)</u>	<u>(10.142)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>37.008</u>	<u>50.817</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.667)	(313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(11.459)</u>	<u>(16.954)</u>
Resultado do exercício		<u><u>23.882</u></u>	<u><u>33.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	<u>23.882</u>	<u>33.550</u>
Resultado abrangente total	<u><u>23.882</u></u>	<u><u>33.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas			Dividendos adicionais	Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais			
Saldos em 1º de janeiro de 2017		44.721	2.857	1.798	17.111	-	66.487
Resultado do exercício		-	-	-	-	33.550	33.550
Reserva legal		-	1.678	-	-	(1.678)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	613	-	(613)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(15.630)	(15.630)
Reserva de lucro		-	-	-	15.629	(15.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13	<u>44.721</u>	<u>4.535</u>	<u>2.411</u>	<u>32.740</u>	-	<u>84.407</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	23.882	23.882
Reserva legal		-	1.194	-	-	(1.194)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	2.103	129	(2.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(5.114)	(5.114)
Reserva de lucro		-	-	-	6.123	(6.123)	-
Dividendos adicionais		-	-	-	9.219	(9.219)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	13	<u>44.721</u>	<u>5.729</u>	<u>4.514</u>	<u>38.992</u>	<u>9.219</u>	<u>103.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	23.882	33.550
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.055	-
Depreciação e amortização	407	97
Resultado na venda de imobilizado	35	1.848
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.459	16.954
PIS e COFINS diferidos	1.543	6.109
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes	(37.186)	(24.125)
Juros incorridos de financiamentos	14.380	15.671
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.667	313
	<u>19.242</u>	<u>50.417</u>
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	12.416	(32.555)
(Aumento) em estoques	(87)	(38)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	3.698	1.708
Redução (aumento) em despesas antecipadas	144	(309)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	116	1.592
(Redução) em provisões e encargos trabalhistas	(149)	(128)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	1.131	(569)
	<u>36.511</u>	<u>20.118</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.556)	(256)
Juros pagos de financiamentos	(14.416)	(14.683)
	<u>20.539</u>	<u>5.179</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>20.539</u>	<u>5.179</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(488)	(415)
Aquisições do ativo intangível	(16)	(6)
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	(5.022)	-
Outros investimentos	7.210	2.548
	<u>1.684</u>	<u>2.127</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	<u>1.684</u>	<u>2.127</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(5.579)	(5.331)
Dividendos pagos	(11.432)	(1.932)
	<u>(17.011)</u>	<u>(7.263)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>(17.011)</u>	<u>(7.263)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>5.212</u>	<u>43</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	69	26
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>5.281</u>	<u>69</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Agreste Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração do valor justo--Continuação

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, ao qual, de acordo com o ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir.

a) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa do concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da constraprestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	65,88%	65,88%

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros efetivos do contrato de concessão	10,31%	12,30%

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- Ajuste a valor presente de contas a receber;
- Despesas com juros sobre financiamentos; e
- Outras despesas e receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

a) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa e depósitos bancários vinculados.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.9 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

2.13. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 -- Continuação

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15 - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil é equivalente a norma internacional IFRS 16 – Leases, é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso, numa base prospectiva.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso, numa base prospectiva.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui arrendamentos de equipamentos administrativos (como mobiliário, impressoras, copiadoras, aparelhos de videoconferência, equipamentos audiovisuais e de comunicação), equipamentos operacionais (para manutenção preventiva e corretiva, insumos com comodato de cilindros), veículos e de imóveis.

A Companhia planeja adotar a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). Conseqüentemente, a data de aplicação inicial será 31 de dezembro de 2018, com os efeitos sendo reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 diretamente no patrimônio líquido.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

A Companhia esta avaliando o impacto da adoção desta norma.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes—Continuação

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017--Continuação

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como a Companhia opera em um ambiente tributário complexo, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras. Além disso, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

a) Estimativas e premissas—Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 15 (c) (ii).

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia não apresenta prejuízos fiscais a compensar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Vide nota explicativa nº 16.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	1	1
Saldos bancários	30	68
Aplicação financeira	5.250	-
Total	5.281	69

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos em renda fixa com remuneração média anual atrelada ao CDI de 6,34% e previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 15.

5. Outros investimentos

	2018	2017
Fundo de investimento	-	7.210

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2017, a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI foi de 9,68%. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção do sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 15.

6. Depósitos bancários vinculados

	2018	2017
Fundo de investimento	5.022	-

A rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento é de 6,34%.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

6. Depósitos bancários vinculados--Continuação

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto a Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

Tais recursos retidos, quando desbloqueado ou se substituído por outra garantia, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção o sistema adutor do Agreste e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a depósitos bancários vinculados estão incluídas na nota explicativa nº 15.

7. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2018	2017
Recebíveis de contratos de concessão		396.861	372.045
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(26.106)	(23.051)
Adiantamentos		40	84
Partes relacionadas - operações mensais	20	-	2
Circulante		34.643	36.224
Não circulante		336.152	312.856
Total		370.795	349.080

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	316.202
Receita decorrente de serviços de operação	28.426
Receita decorrente de serviços de construção	54.713
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	23.312
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(50.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	372.045
Receita decorrente de serviços de operação	38.136
Receita decorrente de serviços de construção	6.730
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	37.186
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(57.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	396.861

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 15.

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido concessão	831	3.023
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido concessão	180	1.653
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	289	323
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	6	-
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	8	-
Outros	14	27
Circulante	1.320	4.065
Não circulante	8	961
Total	1.328	5.026

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2018	2017
Fornecedores diversos		1.619	2.589
Partes relacionadas - operações mensais	20	242	234
Outras contas a pagar		1.185	107
Circulante		3.046	2.925
Não circulante		-	5
Total		3.046	2.930

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 15.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 15.

Linha de crédito	Indexador	Juros	Vencimento	2018	2017
		médios a.a. (%)			
FCP - SAN	TR	8,70	2019 a 2035	161.722	167.299
Finame		6,00	2019	21	59
Circulante				6.602	9.597
Não circulante				155.141	157.761
Total				161.743	167.358

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 6).

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2018	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 199
	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	161.743	6.602	9.798	9.798	9.798	9.798	115.949

31 de dezembro de 2017	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 211
	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	167.358	9.597	9.582	9.560	9.560	9.560	119.499

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos--Continuação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a pagar	
Saldos em 1º de dezembro de 2018	167.358	33.608	200.966
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(5.579)	-	(5.579)
Pagamento de dividendos	-	(11.432)	(11.432)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(5.579)	(11.432)	(17.011)
Outras variações			
Provisão de juros	14.380	-	14.380
Pagamento de juros	(14.416)	-	(14.416)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	5.114	5.114
Total de outras variações	(36)	5.114	5.078
Saldo em 31 de dezembro de 2018	161.743	27.290	189.033

11. Obrigações fiscais

	2018	2017
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	27.434	26.166
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	5.956	5.681
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4.334	3.317
Programa de Integração Social (PIS)	940	720
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	39	50
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	35	70
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido a recolher	24	86
Impostos Sobre Serviços (ISS) retido a recolher	11	10
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	7	6
Circulante	6.795	5.546
Não circulante	31.985	30.560
Total	38.780	36.106

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

12. Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não reconheceu nenhuma provisão.

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$5.000 em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui contingências passivas avaliadas como sendo de risco possível.

Abaixo descrevemos o processo avaliado como sendo de risco possível:

- O processo estimado em R\$ 5.000 trata de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consiste em parte de um terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertencia à CARHP. Tal autarquia é parte em diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, a Companhia iniciou as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 está representado por 44.720.746 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2017), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2018	2017
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Natureza e propósito das reservas

i) *Reservas de lucros*

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, desde que seja atendido o índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido—Continuação

c) Dividendos--Continuação

A Companhia propôs os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício que serão submetidos à aprovação na próxima Assembleia Ordinária.

14. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2018	2017
Total do passivo	281.367	279.089
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.281)	(69)
(=) Dívida líquida (A)	276.086	279.020
Total do patrimônio líquido (B)	103.175	84.407
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	2,68	3,31

15. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação dos valores contábeis relativos a ativos e passivos financeiros.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.250	-	31	69	-	-
Outros investimentos	5	-	7.210	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	6	5.022	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	-	-	370.795	349.080	-	-
Ativos financeiros		10.272	7.210	370.826	349.149	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	9	-	-	-	-	3.046	2.930
Financiamentos	10	-	-	-	-	161.743	167.358
Passivos financeiros		-	-	-	-	164.789	170.288

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia e a CASAL comunicam até o 15º dia útil à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebido/pago respectivamente, sendo conclusivo o valor informado pela CASAL. No caso de haver atraso no processo de aprovação por parte da Casal, a CEF transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato estarão suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. Diante deste cenário a Companhia reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus recebíveis e não reconheceu a receita no montante de R\$12.597 em 31 de dezembro 2016 e no montante de R\$2.771 em 31 de dezembro de 2017 em virtude da inadimplência da CASAL. Em 2018, com base no termo de reequilíbrio contratual vigente

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros—Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

e adimplência da CASAL, a Companhia reconheceu o montante total desta receita, líquida do ajuste a valor presente das parcelas vincendas ao longo do período de concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.281	69
Outros investimentos	5	-	7.210
Depósitos bancários vinculados	6	5.022	-
Contas a receber e outros recebíveis (*)	7	370.755	348.996
Circulante		44.906	43.419
Não circulante		336.152	312.856
Total		381.058	356.275

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

	2018	2017
A vencer	370.755	348.994
Acima de 180 dias	26.106	23.051
Total	396.861	372.045

A Companhia reconheceu R\$ 26.106 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 23.051 em 31 de dezembro de 2017) de perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Nota	2018	2017
Financiamentos	10	161.743	167.358
Fornecedores e outras contas a pagar	9	3.046	2.930
Circulante		9.648	12.522
Não circulante		155.141	157.766
Total		164.789	170.288

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 199 meses
31 de dezembro de 2018								
Financiamentos	161.743	295.351	19.656	19.471	19.297	19.113	18.918	198.896
Fornecedores e outras contas a pagar	3.046	3.046	3.046	-	-	-	-	-
Total	164.789	298.397	22.702	19.471	19.297	19.113	18.918	198.896
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 211 meses
31 de dezembro de 2017								
Financiamentos	167.358	315.179	19.828	19.656	19.471	19.297	19.113	217.814
Fornecedores e outras contas a pagar	2.930	2.930	2.925	5	-	-	-	-
Total	170.288	318.109	22.753	19.661	19.471	19.297	19.113	217.814

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado*--Continuação

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2018	2017
Ativos financeiros			
Aplicação financeira	4	5.250	-
Outros investimentos	5	-	7.210
Depósitos bancários vinculados	6	5.022	-
Recebíveis de contratos de concessão	7	396.861	372.045
Total		401.883	379.255
Passivos financeiros			
Financiamentos (*)	10	-	167.299

(*) Não há projeção futura disponível para a TR, portanto, não há exposição a risco de taxas de juros em 31 de dezembro de 2018.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado--Continuação*

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação Financeira	5.250	CDI	6,45	339	8,06	423	9,68	508
Depósitos Bancários Vinculados	5.022	CDI	6,45	324	8,06	405	9,68	486
Recebíveis de contratos de concessão	396.861	IPCA	3,96	15.716	4,95	19.645	5,94	23.574
Total líquido de ativos e passivos financeiros	407.133			16.379		20.473		24.568
Impacto no resultado e patrimônio líquido							4.094	4.094

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação Financeira	5.250	CDI	6,45	339	4,84	254	3,22	169
Depósitos Bancários Vinculados	5.022	CDI	6,45	324	4,84	243	3,22	162
Recebíveis de contratos de concessão	396.861	IPCA	3,96	15.716	2,97	11.787	1,98	7.859
Total líquido de ativos financeiros	407.133			16.379		12.284		8.190
Impacto no resultado e patrimônio líquido							(4.094)	(4.094)

Fontes: a informação do CDI e IPCA foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base de 28 de dezembro de 2018..

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	-	-	-	-	-	(539)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.875	13.239	-	-	(4.364)	943
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	47.396	40.435	(6.961)	(15.492)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	10.988	10.894	(94)	(1.779)
Outras diferenças temporárias	113	153	-	-	(40)	(87)
	8.988	13.392	58.384	51.329	(11.459)	(16.954)
Compensação (*)	(8.988)	(13.392)	(8.988)	(13.392)	-	-
Total	-	-	49.396	37.937	(11.459)	(16.954)

(*) Ativos e passivos fiscais diferidos apresentados líquidos.

Reconciliação da taxa efetiva	2018	2017
Resultado do exercício antes dos impostos	37.008	50.817
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(12.583)	(17.278)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(8)	(10)
Subvenção governamental	2.231	612
Utilização de prejuízos fiscais PERT	-	(538)
Outras	(2.766)	(53)
Imposto corrente	(1.667)	(313)
Imposto diferido	(11.459)	(16.954)
Alíquota efetiva	35%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

Receita líquida	2018	2017
Serviços	38.136	28.426
Ativo financeiro	37.186	23.312
Construção	6.730	54.713
Impostos sobre os serviços prestados	(6.950)	(10.572)
Total	75.102	95.879

18. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2018	2017
Despesas com pessoal	(4.461)	(4.357)
Custo de construção	(2.709)	(16.940)
Serviços de terceiros	(2.500)	(1.665)
Materiais	(1.423)	(1.743)
Outros custos	(620)	(570)
Depreciação e amortização	(276)	-
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(218)	(187)
Energia elétrica	(3)	(5)
Creditos de Pis e Cofins	210	(1.127)
Total	(12.000)	(26.594)

Despesas comerciais	2018	2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.055)	-

Despesas administrativas e gerais	2018	2017
Serviços de terceiros	(4.022)	(3.552)
Despesa com pessoal	(2.840)	(3.165)
Outras despesas	(2.055)	(1.436)
Depreciacao e amortizacao	(131)	(97)
Energia elétrica	(35)	(29)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(30)	(44)
Total	(9.112)	(8.322)

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

19. Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2018	2017
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	4.825
Juros sobre aplicações financeiras	275	813
Outras receitas financeiras	85	250
Total	360	5.888
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(14.380)	(15.671)
Outras despesas financeiras	(62)	(359)
Total	(14.442)	(16.030)
Despesas financeiras líquidas	(14.082)	(10.142)

20. Partes relacionadas--Continuação

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2018	2017
Remuneração da diretoria	427	595
Participação nos lucros e resultados	265	404
Encargos Sociais	155	200
Benefícios diretos e indiretos	38	53
Total	885	1.252

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 9)	(Nota 9)			
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados Iguá Saneamento S.A.	(a)	-	-	11	15	1	(47)
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	231	219	(2.603)	(1.480)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	2	-	-	(663)	(374)
Total		-	2	242	234	(3.265)	(1.901)

- (a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio.
- (b) Contrato de serviços de assistência técnica entre as partes, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão, no montante equivalente a 5% sobre a receita líquida.
- (c) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes.

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas--Continuação

d) Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar apresentado no balanço patrimonial está líquido do montante de R\$11.432 pagos à Iguá Saneamento S.A. até 31 de dezembro de 2018 (R\$1.932 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 foram propostos dividendos mínimos no montante de R\$5.114.

Dessa forma, a Companhia possui o montante de R\$27.290 a pagar em 31 de dezembro de 2018 (R\$33.608 em 31 de dezembro de 2017) à controladora.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2018	2017
Risco de engenharia	11.002	11.002
Seguro empresarial (*)	30.200	55.760
Seguro garantia	14.068	14.326
Responsabilidade civil (**)	37.000	38.702
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	4.050	7.370
Total	96.320	129.177

(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2018 compartilhado com as demais empresas do Grupo Iguá.

(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2018 compartilhado com as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas e teto máximo de cobertura de R\$ 37.000 para a Companhia, Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Paranaguá Saneamento S.A.

22. Compromissos

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

* * *

Agreste Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Diretoria

Denilson de Paula Gonzaga
Angela Cristina Lins da Silva

Contador

Patrícia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9